



B1

ISSN: 2595-1661

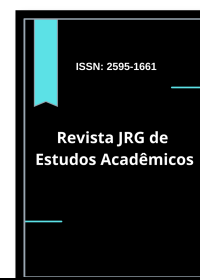
ARTIGO DE REVISÃO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Desafios éticos da utilização da inteligência artificial na elaboração de peças jurídicas

Ethical challenges of using artificial intelligence in the preparation of legal documents

DOI: 10.55892/jrg.v7i14.1126

ARK: 57118/JRG.v7i14.1126

Recebido: 14/03/2024 | Aceito: 19/05/2024 | Publicado *on-line*: 20/05/2024

Aécio Alves Andrade¹

<https://orcid.org/0000-0003-3864-5931>

<http://lattes.cnpq.br/7600052827626263>

Universidade Estadual do Tocantins, UNITINS, TO, Brasil

E-mail: aecioandrade@unitins.br

Crislene Divina dos Santos Luz²

<https://orcid.org/0009-0008-0407-5110>

<http://lattes.cnpq.br/7557848187163246>

Universidade Estadual do Tocantins, UNITINS, TO, Brasil

E-mail: crislene.dd@unitins.br



Resumo

O objetivo desta pesquisa foi o efeito da inteligência artificial (IA) no direito, lançando luz sobre a sua esfera com a automatização de tarefas, incluindo um índice de eficácia na preparação de documentos e os dilemas éticos que dançam na sua periferia. A análise foi realizada qualitativamente, foram revisadas fontes bibliográficas e trabalhos relacionados ao tema para que pudéssemos entender como a inteligência artificial está provocando mudanças na área jurídica. Os resultados mostram que a adoção da IA leva a uma automatização significativa de muitas tarefas, o que aumenta ainda mais a eficiência e a precisão da preparação de documentos jurídicos; no entanto, surgem desafios éticos, possíveis violações do sigilo profissional ou ainda, preconceito devido a algoritmos. O estudo sublinha o estabelecimento de diretrizes éticas claras, bem como a promoção da supervisão humana contínua e também da formação regular em ética e IA para advogados, com o objetivo de reduzir tais desafios, garantindo que a IA seja integrada de forma responsável e segura na prática jurídica.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Prática Jurídica. Ética. Automação.

¹ Graduando em Direito pela Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.

² Advogada. Professora Universitária; Bacharel em Direito pela UNITINS; Especialista em Direito Constitucional pela Escola Superior de Magistratura; Especialista em Direito privado pela Escola Superior de Magistratura.

Abstract

The objective of this research was the effect of artificial intelligence (AI) on law, shedding light on its sphere with the automation of tasks, including an index of effectiveness in preparing documents and the ethical dilemmas that dance on its periphery. The analysis was carried out qualitatively, bibliographical sources and works related to the topic were reviewed so that we could understand how artificial intelligence is causing changes in the legal area. The results show that the adoption of AI leads to significant automation of many tasks, which further increases the efficiency and accuracy of legal document preparation; However, ethical challenges arise, possibly due to professional secrecy or even prejudice due to algorithms. The study highlights the establishment of clear ethical guidelines, as well as the promotion of ongoing human supervision and also regular ethics and AI training for lawyers, with the aim of reducing such challenges by ensuring that AI is integrated responsibly and safely into legal practice.

Keywords: Artificial intelligence. Legal Practice. Ethic. Automation.

1. Introdução

A utilização da inteligência artificial (IA) está crescendo cada vez mais no domínio jurídico, uma gama de possibilidades se abre para ela no âmbito jurídico, até mesmo na preparação automatizada de documentos jurídicos de forma precisa e eficiente. No entanto, entre todos estes aspectos positivos que podemos implementar com a utilização da IA, algumas questões não podem ser ignoradas, como: as questões éticas, que poderão ter implicações significativas na forma como praticaremos o direito no futuro.

É importante salientar que esse crescente uso da IA suscita questões éticas de suma importância e implicações significativas para o exercício da profissão no campo jurídico. Considerando esse contexto emergente, torna-se essencial adquirir um conhecimento profundo sobre o cenário em que a IA é aplicada, sobre o problema de pesquisa subjacente a essa temática tão relevante e sobre os objetivos gerais que norteiam este trabalho.

O objetivo deste estudo é promover uma discussão aprofundada e abrangente sobre o desenvolvimento de soluções éticas e pragmáticas na implantação de IA no campo do Direito. Trata-se de um trabalho de pesquisa, adotando abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica. Buscou-se referenciais teóricos que contribuíssem significativamente para o tema em questão e assim auxiliassem no alcance dos objetivos traçados por este trabalho.

Além disso, exige uma investigação mais profunda dos dilemas éticos associados à utilização da IA na esfera da legalidade. A automatização de tarefas que antes eram realizadas por mãos humanas, levanta questões de responsabilidade legal e sistemas de decisão isentos de preconceitos.

As considerações éticas desempenham um papel importante na integração da inteligência artificial no setor jurídico. A introdução da IA deve seguir certas diretrizes éticas e regulamentares que defendam valores como transparência, justiça, responsabilização e, mais importante, a observância dos direitos humanos. Isto exige a necessidade de encontrar uma resposta ao problema de investigação: Que efeitos tem o aumento da aplicação da inteligência artificial na preparação de documentos legais no que diz respeito aos princípios éticos e à responsabilidade profissional do advogado?

Neste trabalho serão analisados e discutidos como: a automatização de tarefas jurídicas para controle de qualidade, incluindo o impacto na imparcialidade e na confidencialidade; o viés algorítmico ou discriminação presente nesses sistemas; além de ações para reduzir os desafios éticos na construção de documentos jurídicos.

2. A Inteligência Artificial no campo do Direito

Neste capítulo, abordaremos os conceitos de inteligência artificial (IA) relacionados ao campo do Direito. E ainda, serão explorados alguns princípios éticos que norteiam a construção de documentos jurídicos utilizando essas inteligências artificiais.

2.1. Conceito de inteligência artificial

Existem diversos conceitos sobre “Inteligência Artificial”, ou abreviadamente (IA), nas pesquisas sobre a temática. Algumas mais simples outras mais rebuscadas, porém, elas confluem no mesmo significado.

Para Bueno e Santos (2024, p.119), “a IA normalmente é um programa de computador com a capacidade de raciocinar, aprender, tomar decisões, compreender linguagem natural e perceber o ambiente, entre outras habilidades humanas.”

Outros autores como Zucco et al. (2023) trazem definições sobre a IA, segundo eles são sistemas computacionais, que possuem habilidades humanas como: memorizar conhecimentos, bem como compreender a linguagem humana.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também definiu no artigo 3º da Resolução Nº 332 de 21/08/2020, que:

Art. 3º Para o disposto nesta Resolução, considera-se:

[...]

II – Modelo de Inteligência Artificial: conjunto de dados e algoritmos computacionais, concebidos a partir de modelos matemáticos, cujo objetivo é oferecer resultados inteligentes, associados ou comparáveis a determinados aspectos do pensamento, do saber ou da atividade humana;

Oliveira Júnior e Leonel (2021, p.46) afirmam que “conceituar Inteligência Artificial pode ser, de forma elementar, afirmar que se trata de reproduzir, em sistemas computacionais, os processos correlacionados à inteligência natural/humana. Em seu artigo de Estado da Arte sobre a temática aplicada ao Direito no Brasil, os autores fazem um questionamento sobre qual o objetivo de reproduzir a inteligência humana.

Conforme foi apresentado, existem diversas definições sobre o que é uma inteligência artificial, enquanto algumas são meramente técnicas, outras são mais simples de entendimento.

É necessário que a compreensão do que é uma inteligência artificial esteja clara na mente dos seus usuários, de forma a conseguirem extrair o máximo de informações relevantes por meio de conversas ou comandos específicos.

2.2. Utilização da inteligência artificial no Direito

A adoção da Inteligência Artificial no campo do Direito ganha cada vez mais importância e também destaque como auxiliar essencial na produção de documentação jurídica, como peças processuais, pareceres e acordos. A IA, através das suas funcionalidades revolucionárias, pode ajudar os advogados: não apenas com uma leitura superficial das leis, mas também auxiliando na análise e compreensão detalhada dessas leis; na elaboração de documentos diversos; a prever

possíveis resultados e propor uma linha de ação a ser seguida. (MARANHÃO; ALMADA, 2021).

A tecnologia avança de modo constante e, na sua esteira, a Inteligência Artificial surge como um parceiro no domínio do direito, oferecendo eficiência e precisão em todos os processos jurídicos. O tempo para os profissionais do ramo jurídico é de suma importância, com a automatização de algumas tarefas por meio das IA's, será possível que esses profissionais se concentrem apenas em questões estratégicas complexas. (FERRÉ, 2020).

Uma das principais vantagens do uso da Inteligência Artificial para os advogados é que ela pode analisar com rapidez e habilidade grandes quantidades de dados em um período curto: usando algoritmos sofisticados para considerar padrões e tendências específicas. Estas informações podem reforçar qualquer argumento jurídico com um raciocínio sólido apresentado de forma consistente pelas capacidades de análise da IA.

Quanto as pesquisas jurisprudenciais, a IA pode ajudar os profissionais do direito em pesquisas de casos complexas, investigando casos semelhantes e identificando decisões judiciais relevantes com precisão e eficácia. Morais (2019, p. 28) afirma que existe IA que faz “buscas que analisam o valor semântico do julgamento, e não apenas a existência ou inexistência de determinadas palavras ou expressões nos textos pesquisados.”

No que tange a elaboração de documentos legais, a utilização da IA impulsiona significativamente ajustes de trechos com base em normas estabelecidas e documentos modelo. Vários documentos podem ser criados de forma rápida, conforme critérios estabelecidos pelo profissional usuário. Além disso, a IA pode revisar e editar documentos em busca de erros gramaticais ou tipográficos: entregando resultados de alta qualidade. (TEDESCO; FERREIRA, 2023).

Uma outra funcionalidade da utilização da Inteligência Artificial no domínio jurídico é a previsão de resultados judiciais, onde o advogado ou outro profissional do ramo jurídico pode informar os fatos necessários e os critérios que preferir para obter possíveis cenários de resultados. Segundo Ferré (2020, p.82).

A inteligência artificial também pode ser aplicada como instrumento preditivo de resoluções judiciais (jurimetria). Essa técnica implica no uso de algoritmos inteligentes para analisar os padrões de determinadas decisões, permitindo a sistematização e exame de um grande conjunto de decisões judiciais, transformando-as em dados estatísticos e viabilizando a previsão de receptividade e procedência de tese perante determinado tribunal.

Essa possível previsibilidade de resultados, auxilia o profissional na criação de estratégias jurídicas com uma avaliação de risco eficaz, permitindo que os processos envolvidos sejam analisados profundamente. Assim, os advogados são capazes de obter cenários diversos, aumentando sua competitividade no mercado de trabalho, bem como obtém vantagens estratégicas em suas demandas.

No entanto, deve-se salientar que a IA não pode substituir inteiramente o conhecimento e a experiência humanos no domínio jurídico, embora possa ser uma ferramenta de apoio única, ainda dependem de tomadas de decisão completas realizadas por profissionais após sua interpretação, a Inteligência Artificial ainda é considerada apenas como uma ferramenta auxiliar.

2.3. Princípios éticos na elaboração de peças jurídicas

O desenvolvimento de documentos legais utilizando IA nos obriga a respeitar certas normas éticas, como: sigilo profissional; transparência no uso de algoritmos; objetividade na tomada de decisões; controle sobre ações e decisões tomadas por sistemas de IA, com advogados responsáveis por eles, incluindo sua correção; apoio à disponibilidade legal, sem exceção, de todas as pessoas, independentemente da sua condição social, econômico ou de saúde. (QUEIROZ, 2023; ROCHA, 2023).

É também necessário garantir que a utilização da inteligência artificial no domínio do direito não viole os direitos humanos (CEZARE; CEZARE, 2020) e a privacidade dos utilizadores, seguindo os princípios da igualdade de acesso à justiça.

Na medida que ocorre o progresso tecnológico, cada profissional do ramo jurídico deve compreender que em torno da sua atividade profissional existem princípios éticos que precisam ser consistentes não apenas com as regras formais, mas principalmente com as expectativas sociais no sentido de acompanhar essa dinâmica de valores éticos.

Ao utilizar a IA na produção de documentos legais, é importante perceber que os profissionais estejam atentos às possíveis implicações éticas que possam surgir, dessa forma são necessárias cuidadosas considerações com: o sigilo profissional e a confidencialidade das informações dos clientes.

Ribeiro (2021) traz em seu trabalho outro ponto importante a ser considerado quanto aos princípios éticos é sobre a transparência no uso de algoritmos ao implementar IA em qualquer trabalho jurídico. Os profissionais ao determinarem os critérios utilizados para essa implementação, devem ser claros sobre o que os algoritmos estão fazendo, que passos tomam e que critérios utilizam para que não haja qualquer discriminação ou injustiça cometida por estes sistemas. Dessa forma, se os detalhes relativos à operação do sistema são conhecidos, então existe uma motivação para acreditar que ele tomará decisões mais justas e imparciais.

Considerando a imparcialidade como um dos princípios éticos, devemos defendê-la rigorosamente quando recorreremos à inteligência artificial no domínio jurídico, como forma de garantir o Estado Democrático de Direito (ESTEVES, 2022). Se faz necessário ter uma análise criteriosa de qualquer informação gerada pela IA, de modo que essas informações não sejam enviesadas ou até mesmo distorcidas, comprometendo assim a justiça e, portanto, pode representar uma ameaça à própria justiça. Cabe então aos advogados supervisionar e corrigir o que a IA apresenta, dessa forma será garantida a precisão e a adequação dos documentos legais gerados por ela.

À medida que a tecnologia avança, os profissionais do direito precisam se manter atualizados não apenas sobre Inteligências Artificiais, como também sobre as considerações éticas interligadas com a sua utilização.

3. Impacto da inteligência artificial na prática jurídica

A adoção da Inteligência Artificial (IA) no campo do direito trouxe mudanças significativas na forma como os advogados trabalham, além de vantagens que levam a uma série de inovações. Costa (2023, p.941) diz que “Estima-se que os departamentos jurídicos internos consumam em média 50% do tempo na revisão de contratos, mesmo naqueles considerados mais simples.”

Entre as diversas áreas, o impacto se destaca pela automação de tarefas que demandavam um tempo exorbitante dos operadores de Direito. Dessa forma, ajudou a promover melhor eficiência e produtividade no dia a dia.

Através do escrutínio de documentos e da análise jurídica, a IA permite aos advogados poupar tempo e até dinheiro, aumentando assim a sua capacidade de servir mais clientes com rapidez e precisão (COSTA, 2023). Além disso, o uso da IA constrói documentos de boa qualidade com pouco esforço, minimizando erros que levam de volta à fase de preparação do documento.

Esta tecnologia de ponta, é um sistema tão inteligente que auxilia os advogados automatizando processos de criação e conclusão após reconhecer as especificidades do caso a partir dos padrões estabelecidos.

A IA pode ajudar a reduzir ou, até mesmo, eliminar erros humanos (QUEIROZ; DISCONZI, 2024), evitando a interferência de pessoas no seu fluxo de trabalho diário, como o processo de rotina, por exemplo, revisão e análise detalhada com cláusulas, segurança jurídica.

Os dados produzidos pela IA também são confiáveis para que os advogados possam confiar mais neles, o que lhes permite evitar erros e garante a precisão das suas decisões.

Mesmo que sejam enumeradas todas as vantagens da IA na prática jurídica, não se deve deixar de sublinhar a importância da supervisão e atenção humanas (FERNANDES; MEIRA, 2023). Embora a IA seja boa na execução de tarefas específicas, ela não possui experiência ou conhecimento como os humanos. Os profissionais precisam ser qualificados o suficiente para entender o que a IA produz e usá-la como insumo no seu processo de tomada de decisão.

3.1. Automatização de tarefas jurídicas

Entre os efeitos do uso da inteligência artificial para o exercício da advocacia, a automação de tarefas jurídicas se destaca como um grande impacto.

Queiroz e Disconzi (2024, p. 1403-1404) afirma que:

a IA é usada para automatizar a revisão e análise de documentos legais, como contratos, acordos e petições. Isso economiza tempo e reduz erros humanos. Além disso, algoritmos de aprendizado de máquina são usados para prever resultados legais com base em casos anteriores e jurisprudência. Isso pode ajudar advogados a tomar decisões estratégicas.

À medida que a tecnologia continua a evoluir significativamente, muitas tarefas, como analisar detalhadamente os contratos, realizar pesquisas minuciosas sobre jurisprudência ou até mesmo revisar documentos na íntegra, podem ser realizadas por meio de IA de forma automatizada.

Isso permite que os advogados se concentrem em tarefas mais estratégicas e que exigem alta complexidade, levando ao aumento da produtividade e à melhor otimização dos seus recursos profissionais (NOGUEIRA, 2023).

Além disso, a IA não só facilita o trabalho, como também melhora a qualidade dele, fato este que impulsionará o ramo do Direito cada vez mais para uma prática mais eficiente na prestação de serviços jurídicos.

De acordo com Nogueira (2023, p.21) “a IA pode ser utilizada para identificar padrões em grandes conjuntos de dados, o que pode ajudar a prever resultados e reduzir erros de tomada de decisão”. Dessa forma, o uso dessa tecnologia em escritórios jurídicos, por exemplo, trará uma diminuição considerável nos erros de avaliação e erros de interpretação dentro de algum processo.

Os operadores do Direito que conseguirem se adaptar e adaptar seus escritórios para a utilização de IA de diversas formas, terão uma vantagem competitiva num cenário digital e tecnológico cada vez maior.

Deve-se frisar que a inteligência artificial não substitui a capacidade humana de análise, de criação de sentido e de tomada de decisões; pelo contrário, apresenta-se como um parceiro dos operadores do direito para os ajudar a melhorar as suas competências.

Ao combinar a inteligência artificial com a experiência humana, podemos alcançar resultados expressivos, esta parceria contínua entre a máquina e o ser humano moldará o futuro do direito.

3.2. Eficiência e precisão na elaboração de documentos

Utilizar inteligência artificial para criar documentos jurídicos é vantajoso. Ela vem trazer eficácia, eficiência e precisão, agilizando significativamente o processo de preparação de documentos jurídicos. Isto, por sua vez, permite que os profissionais do direito reduzam períodos substanciais de tempo das suas responsabilidades diárias.

A implementação da IA no processo de elaboração de documentos garante que, embora a padronização e a uniformidade sejam alcançadas, erros e inconsistências comuns sejam reduzidos. Consequentemente, o resultado de alta qualidade destes documentos jurídicos assistidos por IA aumenta permitem aos profissionais do Direito a dedicarem seus esforços em partes estratégicas do processo. (NOGUEIRA, 2023; ROCHA, 2023)

A inteligência artificial promove um escrutínio inteligente e rápido que leva à detecção de possíveis falhas ou inconsistências nos documentos preparados, o que, por sua vez, garante maior segurança e precisão das informações apresentadas. (ROCHA, 2023).

Este esforço evita complicações futuras decorrentes de erros ou negligências, garantindo assim uma abordagem proativa em relação a qualquer questão jurídica.

O uso da tecnologia torna o trabalho mais rápido do que o escrito manualmente e mais organizado, garantindo a precisão e atualidade de todos os documentos.

Mais um benefício é a redução de erros humanos, pois segundo Fernandes e Meira (2023), os humanos estão propensos a fadiga devido a extensa rotina de trabalho. Dessa forma os profissionais jurídicos podem reduzir a possibilidade de cometer erros de digitação, erros gramaticais ou ignorar detalhes importantes integrando inteligência artificial em seu processo de elaboração de documentos.

4. Desafios éticos na utilização da inteligência artificial

Sempre que há utilização da IA na preparação de documentos jurídicos, aparecem as questões éticas. Questões essas que não podem ser ignoradas, sendo que a principal preocupação é a violação do sigilo profissional. Com a crescente adoção de algoritmos e automação, existe um risco constante de vazamento de informações confidenciais de clientes por meio desses sistemas. Isto ameaça tanto a privacidade como a segurança dos dados jurídicos, pois o advogado deve manter privadas as informações de seus clientes.

Deve-se notar que, existem alguns outros pontos para a consideração vital da responsabilidade profissional dos advogados num mundo onde a delegação de tarefas e a tomada de decisões aos sistemas de IA são mais do que reais. Obviamente, levanta questões sobre quem legalmente se apropriaria de quaisquer erros, faltas de ações ou mesmo falhas éticas que ocorressem durante o curso.

4.1. Violação do sigilo profissional

A utilização de IA na preparação de documentos jurídicos pode levar à violação da confidencialidade, que é um risco significativo que não pode ser ignorado. Isto se deve à implantação de algoritmos de ponta por meio de sistemas de automação, o que pode levar à exposição de dados confidenciais relacionados ao cliente, comprometendo assim sua segurança e privacidade.

Para Pelágio (2023, p.56), “medidas de segurança robustas devem ser implementadas para proteger os dados processados pela IA contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.”

Dessa forma, os profissionais devem implementar medidas de segurança rigorosas, tendo como objetivo principal a garantia da integridade e impenetrabilidade dos dados.

A proteção e segurança da confidencialidade dos dados são elementos fundamentais em qualquer quadro jurídico (ROCHA, 2023). Assim, tanto do ponto de vista comercial como jurídico, as organizações e os profissionais de IA na área jurídica devem adotar abordagens inovadoras para garantir a prevenção de qualquer violação do sigilo profissional. Isto inclui uma percepção clara e uma consciência ética por parte de todos os envolvidos na esfera jurídica digital.

4.2. Responsabilidade profissional dos advogados

A implementação da inteligência artificial na geração de documentação jurídica é uma questão que suscita questões profundas e intrincadas sobre a responsabilidade e a ética esperadas dos profissionais do direito. Quem é o verdadeiro responsável por quaisquer erros ou decisões equivocadas quando as tarefas são delegadas a sistemas de IA? É, portanto, uma questão rodeada por estas circunstâncias passíveis de delineamento do que a inteligência artificial pode e não pode fazer no domínio jurídico. O resultado aponta para uma responsabilidade coletiva partilhada entre advogados e estes agentes tecnológicos.

Cabe destacar que os advogados, sendo guardiões da justiça, têm o dever de supervisionar e validar a informação produzida por esta tecnologia. Precisam manter um olhar atento sobre os sistemas de IA assegurando a devida diligência na verificação dos resultados, remodelando assim as práticas de trabalho que se adaptam às especificidades deste novo ambiente tecnológico.

Para Rocha (2023, p.48)

é importante ressaltar que a IA não substitui o papel dos advogados, mas sim os auxilia, fornecendo informações e insights valiosos. Os advogados continuam sendo fundamentais na interpretação da legislação, na elaboração de estratégias jurídicas e na defesa dos interesses dos seus clientes.

É necessário que os profissionais do direito estejam preparados para situações repletas de controvérsia em que a responsabilidade possa ser questionada, devem assumir posições éticas baseadas na transparência, justiça e integridade. Um compromisso real com o trabalho jurídico deve ser demonstrado a partir destes pontos de vista. Os debates éticos dentro da comunidade jurídica sobre o impacto da IA na lei precisam formar parâmetros que conduzam à regulação justa e equitativa da utilização dessa tecnologia.

4.3. Vieses algorítmicos e discriminação

O dilema ético do uso de inteligência artificial para documentos jurídicos é duplo: viés algorítmico e probabilidade de discriminação. Os algoritmos dos sistemas de IA têm a capacidade de refletir e ampliar as injustiças sociais da sociedade, o que, por sua vez, distorce a tomada de decisões em direção a resultados tendenciosos que podem ser prejudiciais. Isso acontece quando os dados de treinamento estão impregnados de preconceitos que refletem as desigualdades do mundo real.

O preconceito algorítmico é a causa raiz do que chamamos de discriminação na inteligência artificial e pode ser proposital ou acidental. Esse preconceito chega aos algoritmos de IA por meio de dois canais principais: os dados tendenciosos nos quais o algoritmo é treinado e as escolhas tendenciosas de design feitas durante o desenvolvimento do algoritmo. Eventualmente, estes algoritmos levam à tomada de previsões e decisões que não só prejudicam os indivíduos, mas também são injustamente discriminatórias em muitos casos. (RIBEIRO, 2021).

Dessa forma, para garantir que a IA não seja preconceituosa é necessário que os algoritmos que orientam a IA sejam desenvolvidos e treinados com consideração mínima de preconceitos, o escrutínio pós-desenvolvimento das partes interessadas também deve ser adotado para identificar qualquer discriminação dos resultados produzidos por tais sistemas. Todas os cuidados necessários para garantir a justiça e igualdade dentro do mundo jurídico.

Além disso, é importante promover o desenvolvimento de profissionais qualificados, além dos obstáculos éticos que cercam a inteligência artificial. Ensinar IA e ética nos currículos das faculdades de direito ou mesmo em programas de educação continuada para advogados e juízes seriam formas apropriadas para esse fim.

5. Implicações para o exercício profissional do Direito

Os dilemas éticos relacionados com a implantação da Inteligência Artificial na construção de peças jurídicas são reduzidos por algumas ações. Uma delas envolve o estabelecimento de parâmetros éticos que orientam a aplicação da IA no direito; além disso, é necessário criar um mecanismo para que aja possíveis fiscalizações e auditorias, mantendo o controle e equilíbrio. Outra forma seria pela supervisão humana constante, de modo a buscar um grau mínimo de erros num documento jurídico. E para aqueles advogados que já estão no mercado e ainda não conhecem esse novo mundo das Inteligências Artificiais, é necessário que passem por uma formação continuada. Dessa forma, poderão utilizar dos benefícios dessas inteligências.

5.1. Estabelecimento de diretrizes éticas para a utilização responsável e segura da inteligência artificial

A criação de parâmetros ou diretrizes éticas para o uso de IA em documentos jurídicos, é uma medida que além de definir limites, ainda garantimos que esses limites sejam robustos o suficiente para encapsular uma infinidade de considerações éticas. Dessa forma, os princípios éticos fundamentais poderão nortear como forma de doutrinas.

Os criadores destas diretrizes podem ser órgãos reguladores, associações profissionais e instituições educacionais. Através desses esforços em conjuntos, poderão garantir a qualidade e a eficácia, relacionando a IA e a ética. O envolvimento destas partes é indispensável para estabelecer um conjunto completo de normas que regem a utilização ética da IA na prática jurídica.

Colombelli (2024) diz que no Brasil, o foco está nas diretrizes de Inteligência Artificial com a divulgação da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) em 2021 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. O Projeto de Lei n.º 21/2020 abre caminho para a aplicação ética e inovadora da IA, uma vez que estabelece a base para a IA, enquanto o Projeto de Lei n.º 2338/2023 procura a regulamentação da IA em áreas como a saúde e a segurança, com um mandato de transparência e responsabilização. Esses são os esforços que o Brasil está fazendo: ter uma visão para desenvolver diretrizes de IA claras e responsáveis que mostrem a prioridade da inovação juntamente com a proteção dos direitos dos cidadãos.

Deve-se observar que as diretrizes não sejam estáticas, eles precisam evoluir junto com avanços das Inteligências Artificiais, de modo que poderemos abordar os dilemas sociais e as questões éticas.

5.2. Supervisão humana na elaboração de peças jurídicas

A gerência humana na construção de documentos jurídicos desempenha um papel vital na abordagem dos desafios éticos relacionados com a utilização generalizada da tecnologia de IA. O envolvimento ativo de profissionais jurídicos que trabalham em conjunto com a IA partem do princípio do controle e da responsabilidade humana em todo o trabalho realizado. Isto inclui a supervisão por advogados com conhecimentos especializados para analisar todos os resultados da IA garantindo que não há violação do sigilo profissional, preconceitos de algoritmos ou discriminação indesejada.

Com essa gerência dos profissionais da área jurídica, os erros podem ser identificados e corrigidos em tempo. A combinação entre tudo que a IA entrega junto ao conhecimento jurídico e ético do operador do Direito, vai garantindo uma qualidade e confiabilidade aos trabalhos realizados.

5.3. Formação continuada sobre ética e inteligência artificial para advogados

A educação continuada em ética e IA não é apenas prudente, é fundamental. Com o avanço cada vez mais rápido das Inteligências Artificiais e conjuntamente os desafios éticos, colocam muitos advogados em cenários desconhecidos. Para evitar a obsolescência, os advogados precisam de mais do que apenas uma atualização de conhecimento, são necessárias habilidades, que o deixe adaptado para resolver os enigmas éticos decorrentes da inteligência artificial.

A formação em ética e IA para profissionais do direito irá capacitar os advogados além dos conhecimentos teóricos, também de ferramentas e estratégias práticas sobre como utilizar a IA de forma ética. Isto deve basear-se nos princípios básicos do direito e agir de forma responsável na preservação dos valores e do respeito pela humanidade no domínio jurídico.

Nesse sentido, é somente por meio da educação continuada em ética e IA que o campo jurídico pode se adaptar de forma inovadora para se manter atualizado nessas transformações digitais lideradas pela inteligência artificial. Uma prática de conscientização ditada não apenas pelos avanços tecnológicos, mas sempre orientada por preceitos éticos.

6. Considerações Finais

Este estudo discutiu sobre o impacto da inteligência artificial (IA) no campo do Direito, delineando seus benefícios e desafios éticos, ao mesmo tempo que propôs ações para mitigá-los, sem ignorar esses pontos críticos. O trabalho está dividido em diferentes seções onde são discutidos conceitos básicos de IA, seu uso na esfera jurídica e os princípios éticos necessários para esta aplicação.

Inicialmente, investigamos o que a IA implica e a definimos no domínio jurídico, sublinhando as suas capacidades na automatização de tarefas, bem como na análise e previsão de resultados jurídicos com base em grandes conjuntos de dados. Em seguida, passamos então a ver até que ponto a IA está a ser adotada por escritórios de advogados e instituições devido à sua ajuda na produção de documentos jurídicos sem esforço manual, apoio à investigação jurisprudencial através da identificação de casos relacionados e sistemas de previsão que prevêm decisões judiciais com base nas características do caso.

Mas os benefícios também trazem enormes obstáculos éticos. É fundamental que questões como a violação do sigilo profissional, a responsabilização dos advogados em casos de erro do sistema de IA e o preconceito devido a algoritmos sejam pontos importantes a ter em conta e a agir imediatamente.

Em resposta a esses desafios, desenvolvemos uma série de ações. A implementação de normas éticas bem definidas e a supervisão humana contínua, bem como a educação regular sobre ética e IA para profissionais do direito são vistas como abordagens fundamentais. Estas medidas visam garantir que a IA seja utilizada de forma responsável, segura e ética no domínio do direito, mantendo a integridade, a confidencialidade e a imparcialidade dos processos judiciais.

Dessa forma, a adoção da IA no campo do Direito pode ser vista como um grande avanço que proporciona eficácia, precisão e novas portas para os envolvidos em questões jurídicas. Mas então, para concretizar os frutos oferecidos por esta tecnologia, devemos assumir uma postura ética para enfrentar quaisquer desafios éticos e implementar mecanismos que permitam que a IA seja utilizada de forma ética e responsável. Uma parceria saudável entre especialistas em IA, profissionais do direito e políticos é fundamental para o estabelecimento de um domínio jurídico digital que garanta não só a devida eficiência, mas também equidade e ética.

Referências

BRASIL. Resolução Nº 332 de 21/08/2020. Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências. CNJ. BRASÍLIA,DF.

BUENO, Eric Fiuza; SANTOS, Marcelo Fonseca. Inteligência Artificial: desafios para regulação jurídica. **Revista Eletrônica Direito & Ti**, Porto Alegre, v. 01, n. 18, p. 112-139, jan. 2024. Disponível em: <https://www.direitoeti.com.br/direitoeti/article/view/175/148>. Acesso em: 14 abr. 2024.

CEZARE, Mirian Francine Colares Costa; CEZARE, Thales de Tárzis. A INFLUÊNCIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS DIREITOS HUMANOS E NOS PROCESSOS JURÍDICOS. **Revista Prospectus**, Itapira, v. 2, n. 1, p. 149-158, ago. 2020.

COLOMBELLI, Wagner Godinho. **Regulamentação da IA (Inteligência Artificial) na Administração Pública Brasileira**: análise do projeto de lei nº 21 de 2020 e projeto de lei nº 2338 de 2023. 2024. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração Pública e Políticas Públicas., Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024.

COSTA, Vanuza Pires da. **Inteligência Artificial e Advocacia: Benefícios e Malefícios das Novas Tecnologias na Advocacia e o Futuro da Profissão no Brasil**. São Paulo: Arche, 2023. 150 p.

ESTEVES, Andresa Silveira. **Um Estudo sobre a Construção Da Inteligência Artificial de Confiança sob o Enfoque dos Direitos Humanos**. 2022. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Jurídica, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2022.

FERNANDES, Ana Claudia de Oliveira; MEIRA, Tassia Mendes. Impactos da Inteligência Artificial na Advocacia Brasileira: desafios e oportunidades. **Revista Jurídica do Nordeste Mineiro**, v. 7, n. 1, p. 1-23, 2023.

FERRÉ, Ingrid Fernandes da Silva. **O Futuro do Direito**: uma análise epistemológica acerca da utilização da inteligência artificial no âmbito jurídico brasileiro. 2020. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Naviraí, 2020.

MARANHÃO, Juliano, Abrusio, Juliana, ALMADA, Marco, Inteligência artificial e o direito: duas perspectivas, in Fabio Gagliardi COZMAN, Ary PLONSKI and Hugo NERI (eds), Inteligência artificial: avanços e tendências, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021, pp.287-310. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1814/74421>. Acesso em: 14 abr. 2024

MORAIS, Guilherme Ramos de. **INTELIGÊNCIA Artificial Aplicada Ao Direito**: análise de sentimento em julgamentos de mandados de segurança no supremo tribunal federal. 2019. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

NOGUEIRA, Queren Happuque Silva Santos. **O Impacto da Inteligência Artificial no Sistema Judiciário**: desafios e oportunidades para o direito. 2023. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro Universitário Faema – Unifaema, Ariquemes, 2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, Ezio; LEONEL, Vilson. **Limites e Possibilidades da Inteligência Artificial Aplicada ao Direito**: estado da arte no brasil. Unisul de Fato e de Direito: revista jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina, [S.L.], v. 11, n. 22, p. 45, 28 abr. 2021. Anima Educação. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/U_Fato_Direito/article/view/19939/13428. Acesso em: 12 fev. 2024

PELAGIO, Rebecca Gomes. **Do Digital ao Direito**: investigações sobre soluções autocompositivas assistidas por inteligência artificial no judiciário brasileiro. 2023. 60

f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

QUEIROZ, Gabriel Noll; DISCONZI, Verônica Silva do Prado. El Impacto de La Inteligencia Artificial en el Derecho: cuestiones éticas y legales. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S.L.], v. 10, n. 4, p. 1388-1406, 15 abr. 2024. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.

QUEIROZ, Guilherme Matheus. **A Inteligência Artificial e o Reconhecimento Facial**: impactos à população negra no brasil. 2023. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa Ibp/Sp, São Paulo, 2023.

RIBEIRO, Ana Lídia Lira. **Discriminação em Algoritmos de Inteligência Artificial**: uma análise acerca da Igpd como instrumento normativo mitigador de vieses discriminatórios. 2021. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

ROCHA, Janayna Ribeiro da. **O Uso de Inteligência Artificial no Processo de Decisões Judiciais**: uma perspectiva sobre a ética e justiça. 2023. 55 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro Universitário Faema – Unifaema, Ariquemes, 2023.

TEDESCO, Anderson Luiz; FERREIRA, Jacques de Lima. Ética e Integridade acadêmica na Pós-Graduação em Educação em tempos de Inteligência Artificial. **Horizontes**, [S. l.], v. 41, n. 1. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1620>. Acesso em: 02 maio. 2024.

ZUCCO, Fabrícia Durieux et al. Inteligência artificial na educação superior: práticas na pesquisa, no ensino e na extensão universitária. *Observatório de La Economía Latinoamericana*, [S.L.], v. 21, n. 12, p. 23955-23971, 6 dez. 2023.

ZUCCO, Fabrícia Durieux; REIS, Clóvis; PATRICIO, Giovanni Augusto; REINERT, Paulo Sérgio; SOUZA, Vanessa de. Inteligência artificial na educação superior: práticas na pesquisa, no ensino e na extensão universitária. *Observatório de La Economía Latinoamericana*, [S.L.], v. 21, n. 12, p. 23955-23971, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/1913/1643>. Acesso em: 20 fev. 2024.